

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE DISPENSA Nº \_\_\_\_/2026**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO \_\_\_\_/2026**  
**PROCESSO ADM: Nº \_\_\_\_/2026**

O **Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Natividade - RJ**, com sede administrativa na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Santo Expedito nº 204, Bairro Sindicato, Natividade/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.789.074/0001-63, neste ato representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Sra Cristiane Malaisa França da Silva Zanon, portadora do documento de identidade nº XX.715.XXX-X, órgão expedidor Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº XXX.692.XXX-XXX, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, representada pelo \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_ doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº \_\_\_\_/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE E PALESTRA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES**, de forma parcelada, conforme Termo de Referência anexo à Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/2026.

## 1.2. DESCRIÇÃO - QUANTIDADE - VALOR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	UND	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
<p><b>LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE:</b> 01 console de 16 canais digital; •03 Caixas de grave com 02 alto falantes de 18 de 1600w rms; •03 Caixas médias alta By Way com alto falantes de 12 + driver de 800w rms; Amplificadores suficientes; •01 Processador drive para sistema de caixa digital; •01 Processador equalizador digital; •01 Equalizador 1/3 para insert; •02 Aparelhos com entrada para pendrive; 01 Power Play para 08 fones com fones; •01 Amplificador p/ guitarra c/ alto falante de 12; •Sistema p/ contra baixo c/ 01 caixa c/ 4 alto falantes de 10 e 01 caixa c/ 01 alto falantes de 15; •16 Microfones com fio; •01 Bateria acústica; •01 kit de microfone para bateria ( composto por no mínimo 07 microfones); •04 Microfones sem fio UHF;</p>	DIÁRIA	02	R\$	R\$
<p><b>LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PALESTRA:</b> 04 Caixas de som de fibra de carbono sendo a mesma composta de 2 vias com 450w em rms (cada) sendo o woofer de 12 ou 15 e um drive de titânio de 125w com processador de som integrado para um maior controle de proteção</p>	DIÁRIA	05	R\$	R\$

<p>do sistema as caixas poderão ser ativas ou passivas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•04 Tripés para as caixas de som;</li> <li>•02 caixas de retorno;</li> <li>•12 Pedestais modelo girafa;</li> <li>•12 Microfones com fio;</li> <li>•02 Microfones sem fio;</li> <li>•01 Aparelho para tocar cd ou pendrive;</li> <li>•01 Mesa de som com no mínimo 24 canais amplificada ou não, de acordo com as caixas;</li> <li>•3 Direct Boxes ativos ou passivos;</li> </ul>				
<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. Dispensa de Licitação de Registro de Preço nº \_\_\_\_/2026;

1.3.3. A Proposta da ATA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE:**

**1.1.** A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, **com possibilidade de prorrogação**, nos termos da legislação vigente.

**1.2.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período e mesma quantidade inicialmente contratada, desde que demonstrado o interesse da Administração, devidamente justificado nos autos do processo.

**2.2 DO REAJUSTE**

2.2.1 A Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo de quantitativos ou qualitativos,

permanecendo inalterados os valores e condições pactuados durante toda a sua vigência.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**3.1.** A Prestação do serviço do objeto deverá ocorrer de forma PARCELADA conforme a necessidade da Secretaria requisitante, não sendo obrigatório usar todo o saldo disponível.

**3.2** A Contratada se obrigará a realizar a prestação do serviço em quantidades solicitadas, após a requisição emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Natividade/RJ. A Contratada deverá estar apta no prazo máximo de 03 (três) dias corridos após assinatura da ATA.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1.** O valor total da ata é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), observados os valores unitários e totais constantes no item 1.2 desta Ata.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento para prestação de serviço e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de exigibilidade, por meio de

transferência eletrônica, após a execução do objeto contratual e mediante a entrega da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável, conferida e aprovada pela Administração Municipal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Pública Federal e Municipal do domicílio ou sede da contratada, bem como das certidões relativas ao FGTS e às obrigações trabalhistas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1** O Contratante obrigar-se-á:

7.1.1 Emitir ordem de prestação de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;

7.1.3 Comunicar/Notificar à empresa Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na prestação do serviço, para imediata correção e/ou substituição;

7.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;

7.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** A Contratada obrigar-se-á:

8.1.1 Prestar o serviço no local e prazo designados, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes no Termo de Referência;

8.1.2 Executar a prestação do serviço dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

8.1.3 Corrigir e/ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (duas) horas após notificação formal, qualquer prestação de serviço em desacordo com as especificações constantes nos anexos e nas respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade que comprometa sua utilização;

8.1.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente às reclamações, bem como comunicar, de forma imediata e por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do contrato;

8.1.5 Prover todos os meios necessários à plena operacionalidade da execução do objeto, inclusive nos casos de greve, paralisação ou qualquer outro evento que possa impactar a execução dos serviços;

8.1.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração relativa a endereço, conta bancária ou demais informações necessárias ao perfeito cumprimento do contrato;

8.1.7 Arcar com todas as despesas relativas à prestação do serviço, tais como fretes e/ou transportes, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante;

8.1.8 Manter a regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência da Ata, bem como apresentar, no momento da entrega da nota fiscal, as certidões comprobatórias (Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade Fiscal Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), como condição para o recebimento da prestação do serviço.

## **CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial da Ata;

- b) Der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4 **Multa:**

10.2.4.1 Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.3 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto.

**10.3** A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**10.4** Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**10.5** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.6** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.7** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**10.8** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes desta mesma ata ou de outras que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA

**11.1.** A ata se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partescontraentes.

11.1.1 A ata se extingue quando a consumação do seu objeto, ou seja, com a contratação integral dos quantitativos registrados.

**11.2.** A ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresanão ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.

11.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.4 Indenizações e multas.

**11.4.** A extinção da ata não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de

recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social deste exercício 2026, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CNPJ: 14.789.074/0001-63	3.3.90.30.00

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**13.1** Ficam os seguintes servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do objeto, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º, da Lei federal nº 14.133/21.

FISCAL DE CONTRATO	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Servidor: xxxxxx	Portaria GP: xxxxx

GESTOR DE CONTRATO	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Servidor: xxxxx	Portaria GP: xxxxxx

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais das atas.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

**15.1** Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.2** Registros que não caracterizam alteração da ata podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento sítio oficial: [www.natividade.rj.gov.br](http://www.natividade.rj.gov.br) e no Diário Oficial do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleita a Comarca de Natividade – RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art.92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natividade, RJ, XXX de XXXXX de 2026.

---

### FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CNPJ: 14.789.074/0001-63

Cristiane Malaisa França da Silva Zanon  
CONTRATANTE

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

---

xxxxxxx

Fiscal do Contrato

---

Crsitiane Malaisa França da Silva Zanon  
Gestor do Contrato